

Produção científica sobre
a ditadura civil-militar em
periódicos *online* das
principais universidades da
Região Sul do Brasil

The scientific production on
the civil-military dictatorship
in the main universities of the
southern region of Brazil

Renato da Silva Della Vechia¹



Resumo: Este artigo é resultado de uma análise de dados parciais de um projeto de pesquisa de maior abrangência, que visa investigar a produção bibliográfica referente às questões vinculadas ao período da ditadura civil-militar no Brasil até o ano de 2019, mapeando a publicação de livros, a produção de teses e dissertações, de produções audiovisuais, bem como de artigos científicos publicados em revistas periódicas *online* de universidades. Neste trabalho são apresentados e analisados os dados específicos de artigos científicos, como a produção por subtemática, por universidade e por ano, publicados em periódicos *online* das principais instituições universitárias na Região Sul do Brasil. **Palavras-chave:** Ditadura civil-militar; golpe; produção bibliográfica; artigos científicos; região sul.

Abstract: This article is the result of an analysis of partial data from a broader research project, which aims to investigate a bibliographic production referring to issues related to the period of civil-military dictatorship in Brazil until the year 2019, mapping the publication of books, the production of theses and dissertations, audiovisual productions, as well as scientific articles published in periodic online journals of universities. In this work, specific data from scientific articles are mandatory and necessary, such as production by sub-theme, by university and by year, published in online journals of the main university institutions in south region of Brazil. **Keywords:** Civil-military dictatorship; coup; bibliographic production; scientific articles; south region.



Introdução

A bibliografia produzida sobre o período do regime civil-militar no Brasil (1964- 1985) foi bastante reduzida nos primeiros anos do processo da chamada redemocratização, entre o final da década de 1970 e a década de 1980, como veremos adiante. O processo de transição negociado entre as elites políticas e econômicas foi acompanhado de um forte mecanismo de cooptação política e ideológica. A Nova República foi saudada como o início de um novo momento político, onde não haveria espaço para “revanchismos”. A própria Lei de Anistia, imposta pelos militares e aprovada por um Congresso ilegítimo, já que composto por senadores biônicos (não eleitos diretamente), criou as condições para uma interpretação que possibilitou a impunidade dos agentes do Estado que praticaram crimes durante a ditadura. Parte importante da intelectualidade também foi cooptada na perspectiva de não “mexer” com a temática da violação de direitos. Seja por conviência ou receio de discutir temas ainda muito recentes, durante muito tempo a temática da ditadura foi silenciada ou menosprezada no processo educacional, mesmo na disciplina de História.

Nos últimos anos, pode-se dizer que esse quadro mudou de forma significativa. Muito se tem produzido a esse respeito, seja no campo da produção bibliográfica – ao menos no que se refere à produção de artigos científicos publicados em revistas acadêmicas –, como também na produção de material audiovisual. Elementos da conjuntura recente ajudam a explicar esse novo quadro.

O Brasil, por ser signatário de tratados internacionais relativos a direitos humanos, foi pressionado a dar algum tipo de resposta a essa situação. Nessa perspectiva, em 2001 foi criada a Comissão da Anistia, vinculada ao Ministério da Justiça, a partir de medida provisória editada por Fernando Henrique Cardoso. O objetivo foi obter o reconhecimento, por parte do Estado brasileiro, da violação de direitos individuais e coletivos, bem como a reparação econômica em alguns casos, a partir de lei aprovada no Congresso. Essa comissão analisou aproximadamente 70 mil pedidos de reparação, sendo que esses dossiês foram publicizados a partir da aprovação da Lei de Acesso à Informação, no governo Dilma Roussef (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2012, p. 19).

Posteriormente, em 2011, foi criada a Comissão Nacional da Verdade, Memória e Justiça. Essa comissão tinha como foco o resgate histórico dos crimes cometidos, suas circunstâncias e seus responsáveis.

Diversas outras Comissões da Verdade foram constituídas no país, organizadas por governos estaduais, Assembleias Legislativas e instituições da sociedade



civil: Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva, vinculada à Assembleia Legislativa de São Paulo, Comissão Estadual da Verdade Dom Helder Câmara/Pernambuco, Comissão Estadual da Verdade do Rio Grande do Sul, Comissão Estadual da Verdade Ordem dos Advogados do Brasil/São Paulo e outras. Houve também iniciativas de entes públicos, como universidades e municípios. Essas comissões tinham como objetivo não só contribuir com a busca de informações, mas também exercer pressão no sentido da disputa pela memória histórica de nosso país. E apesar de possivelmente muitas informações e documentos ainda estarem ocultos, ou terem sido destruídos, por pressão de setores das Forças Armadas, o processo de investigação por parte da sociedade brasileira resultou em centenas de depoimentos gravados, bem como centenas de milhares de documentos que foram localizados e que hoje se encontram disponíveis ao acesso público.²

Graças ao esforço de alguns pesquisadores do tema que, embora em um contexto adverso, continuaram a trabalhar com essa temática, hoje se tem um patamar importante de informações, que permitem avanços nos estudos a partir dessa nova situação, mais favorável. Isso decorre do fato que se ampliaram muito os espaços de busca de informações, muito embora sob risco de descontinuidade, em função de ações governamentais que incidem diretamente nesse tipo de pesquisa, como diminuição de bolsas de pesquisa na área de Ciências Humanas, desmonte da Comissão de Anistia e da Comissão Nacional da Verdade, contingenciamento de recursos para arquivos públicos e bibliotecas, responsáveis por acervos importantes, etc. No entanto, ao menos no que diz respeito aos artigos científicos, houve um significativo aumento no número de publicações focadas nessa temática, sobretudo até o ano de 2016. Essa condição, claro, não significa que se tenha “passado a limpo” a história. Muito ainda precisa ser investigado, bem como muitas lacunas precisam ser preenchidas.

Nesse quadro, esse artigo é resultado do recorte de uma pesquisa que busca identificar e sistematizar a produção de estudos científicos que tenham como tema o período da ditadura civil-militar (como a produção por ano, por temática, por estado, por tipo de universidade, etc.), publicados em periódicos *online*, especialmente no que se refere à Região Sul do Brasil. O mesmo se justifica pela contribuição que a divulgação da pesquisa e a sistematização de dados pode dar às centenas e/ou milhares de pesquisadores(as) do tema, que poderão ter acesso facilitado ao que já foi produzido, por meio de plataforma digital, algo que por si só permite melhores revisões bibliográficas nos novos estudos



focados na ditadura civil-militar brasileira e/ou questões relacionadas a este período.

Diferentemente de outros espaços de busca através de palavras-chave, optou-se por organizar um estudo sistemático de todas as revistas, índices e resumos para que o mapeamento pudesse ser realizado de forma a evitar prejuízos, como a possibilidade de não identificar artigos que se refiram à ditadura, por não constarem em seus títulos palavras que remetam ao período específico em questão.

A partir dos dados coletados, foi criada uma plataforma no endereço eletrônico <http://olaria.ucpel.edu.br/dcmb>. Embora a pesquisa de caráter científico já tenha sido concluída em todas as regiões do país, os dados analisados neste artigo estão mais focados na produção da Região Sul do Brasil.

“Estado da arte” inicial sobre a produção bibliográfica da ditadura

Existe uma gama grande de possíveis abordagens de uma temática complexa, como a da ditadura, que se estendeu por um longo período de tempo em nossa história recente, bem como mantém seu impacto sobre elementos da atual conjuntura política e social.

Muito já se pesquisou sobre esse período, embora algumas questões ainda não estejam suficientemente esclarecidas. Também algumas explicações sobre seu significado foram construídas, tanto baseadas nas questões econômicas como nas eminentemente políticas. Dessas, algumas são contraditórias entre si e outras podem conviver sem que umas, necessariamente, desautorizem as demais. Muitas das diferenças de interpretação estão baseadas em ênfases diferenciadas sobre o peso de certos determinantes do processo político. Tanto as explicações intencionais quanto as estruturais, seja no aspecto político ou econômico, como Angelina Cheibub Figueiredo classificou em seu livro *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964* (1993).

A relativamente longa abrangência de tempo que circunda esse período, a quantidade de temas específicos envolvidos e a quantidade de publicações sobre o mesmo, bem como a dispersão do material, fazem com que mesmo pesquisadores que buscam trabalhar recortes temáticos dispensem um tempo grande no processo inicial de identificação do que já foi produzido sobre o tema.

Seja pelo tempo gasto para identificar locais em que essa produção exista fora dos espaços universitários (como o SCIELO), já que existem centros autônomos



ao espaço universitário, seja porque existem diversas publicações de caráter regional que já estão esgotadas ou não existem mais nos catálogos de editoras. Até mesmo porque existe uma tendência forte de ampliação da produção sobre essa temática, já identificada em estudos anteriores.

Em 2004, Carlos Fico publicou, em *Além do Golpe*, um novo mapeamento dessa temática, Segundo essa pesquisa, até aquele momento teriam sido produzidas 217 teses e/ou dissertações em nossas universidades, publicados 243 artigos e editados 649 livros

– deve-se levar em consideração que diversos livros são resultados de teses e dissertações, o que permite concluir que a produção universitária sobre o tema é superior ao classificado como teses e dissertações (FICO, 2004, p. 139-206).³ Embora Fico tenha feito um importante mapeamento da produção referente à ditadura militar, é preciso levar em conta que esse estudo foi publicado em 2004, e que os prazos necessários para a preparação e a edição de um livro possivelmente limitaram os pesquisadores a captarem obras produzidas somente até 2003. Inclusive, o referido levantamento diz que apenas quatro livros, uma tese e três artigos teriam sido produzidos no ano de 2003. O que parece pouco, talvez pelo término do período da pesquisa, que não está especificado na obra.

Portanto, de 2003 até 2019⁴ haveria mais 16 anos de produção ininterrupta e em um momento político onde, em função da criação e ampliação de políticas públicas voltadas à busca da verdade e a divulgação dos crimes perpetrados pelo Estado brasileiro no período da ditadura civil-militar, a tendência é de um aumento de estudos da temática. Lembrando ainda que os anos de 2004 e 2014, por terem um significado especial (efemérides dos 40 e 50 anos), também contribuíram com a ampliação de estudos que buscavam o resgate da memória histórica desse período.

Já o Grupo de Estudos sobre a Ditadura Militar da Universidade Federal do Rio de Janeiro, (UFRJ), verificou que entre 1971 e 2000 foram produzidas 214 teses de doutorado e dissertações de mestrado sobre a história da ditadura militar no Brasil, 205 delas no Brasil. Entre 1971 e 1975, apenas dois trabalhos foram defendidos (dentro ainda do período da ditadura). Entre 1986 e 1990, 47 defesas. Entre 1996 e 2000, 74 defesas (ANDRADE, 2014).

Isso demonstra que este segundo estudo, apesar de mais recente, identificou menos teses e dissertações do que a pesquisa de Sérgio Henrique da Costa Rodrigues, sob a orientação de Carlos Fico. O que aponta, mais uma vez, para a necessidade de um estudo sistematizado e atualizado da produção – bibliográfica ou audiovisual – sobre a ditadura.



É possível citar outro mapeamento, feito por estudantes do curso de História da PUC/SP (na disciplina Brasil VI, primeiro semestre de 2008), que apontou no mesmo sentido, embora com algumas variações. Neste, identificou-se 324 teses e dissertações sobre a ditadura nas universidades brasileiras defendidas até aquela data, sendo divididos em 19 temas: Cultura, 53; Meios de Comunicação, 40; Repressão, 39; Ideologia (militares e intelectuais), 36; Gênero, 31; Igrejas e religiosidade, 20; questões educacionais, 17, e outros de menor produção.

Alguns outros mapeamentos da produção bibliográfica, regionais, também identificaram lacunas na produção específica sobre a temática da ditadura nas regiões que não estão localizadas no centro do país, como o estudo específico sobre o caso gaúcho. Segundo Rodeghero,

convidada a escrever um texto panorâmico sobre aquele período para a coleção História Geral do Rio Grande do Sul, deparei-me, inicialmente, com as dificuldades relacionadas à falta de estudos monográficos sobre a ditadura no estado e a inexistência de algum texto congênere que servisse de parâmetro para a realização de minha tarefa. Não há dúvida que o peso assumido pelos relatos de memória na reconstituição do que foi a ditadura no Rio Grande do Sul está relacionado com a quantidade ainda pequena de trabalhos acadêmicos sobre o período. Pouco mais de uma dezena de pesquisas em Ciência Política e duas dezenas no campo da História foram localizados por mim para a elaboração do artigo Regime militar e oposição no Rio Grande do Sul. Enquanto cinco trabalhos de Ciência Política sobre ditadura foram produzidos no Rio Grande do Sul nas décadas de 1980 e 1990, apenas 4 foram produzidos na área da História, todos concentrados nos anos 1990. Os demais trabalhos de historiadores foram concluídos depois do ano 2000 (...). O crescimento dessa produção nos últimos anos tem como uma das suas contribuições a própria constituição dos acervos (RODEGHERO, 2008, p. 1).

Também no Norte do país a mesma questão está presente, como percebemos na fala de Velarde:

No Norte do Brasil, com destaque para o Estado do Pará, por ocasião dos 40 anos de golpe, não há ecos de ações vultosas, exceção da publicação de “1964. Relatos subversivos: Os estudantes e o golpe no Pará”. 10 anos depois, em 2014, houve um sopro de



investimentos. Momento em que as zonas de silêncio foram quebrantadas. Com a criação da Comissão Nacional da Verdade, em maio de 2012, alguns setores mobilizaram-se (VELARDE, 2015, p. 164).

A partir de 2008 não foi possível identificar estudos nacionais que atualizem esses dados. Também como limitador, alguns dos mapeamentos anteriores ficaram restritos a teses e dissertações, sem levar em consideração livros, dossiês e/ou outros tipos de publicações. Além disso, um conjunto importante de novas informações que foram disponibilizadas em acervos de arquivos públicos a partir do trabalho da Comissão Nacional da Verdade criou as condições de ampliação das pesquisas sobre o tema, com novas questões sendo colocadas para os pesquisadores.

Situando o debate

A América Latina é um continente que se caracterizou, principalmente no século XX, por sucessivas intervenções militares em diferentes países. Em geral, patrocinadas pelo governo norte-americano, a partir de interesses econômicos muito bem definidos. No século passado, houve dezenas de golpes militares desse tipo no continente sul-americano e nada assegura que esse ciclo tenha acabado. O que evidencia essa situação é um crescente autoritarismo por parte dos governos constituídos, em especial se analisado o contexto dos países latino-americanos. Esse conjunto de fatores faz com que as preocupações com os períodos autoritários do passado não possam ser consideradas uma questão já superada. Ao contrário, um país onde os partidos políticos nacionais, ao longo de sua história, têm pouco mais de 40 anos de vida legal, não pode ser considerado uma nação com democracia consolidada. Nesse aspecto, o Brasil diferencia-se muito de países como a Argentina, o Chile e o Uruguai, que possuem uma estrutura partidária de mais de um século e uma população que se identifica partidariamente. Embora se constate que, na última década, a identidade partidária venha se reduzindo significativamente nesses países, ainda é superior ao caso brasileiro (BAQUERO, 2000).

No Brasil, nenhum crime perpetrado por militares e/ou pessoas a seu serviço receberam algum tipo de punição por parte do Estado. Somente nos últimos anos os familiares de desaparecidos políticos puderam ter acesso a alguns documentos dos órgãos repressivos de forma mais global, em que pese algumas



iniciativas estaduais, com a abertura de alguns arquivos. No entanto, o conjunto de ações do atual governo, bem como seu explícito apoio ao período militar e o controle estratégico de inúmeras áreas sensíveis do governo por parte de militares, coloca em risco o pequeno avanço que a sociedade havia conquistado a partir do trabalho da Comissão Nacional da Verdade e dos instrumentos constituídos naquele período.

Diferentemente do que muitos pensam, o saldo histórico desse período é bastante trágico. Segundo dados de estudo *Brasil: Nunca Mais* (1987) feito pela Arquidiocese de São Paulo, durante os primeiros atos do governo Castelo Branco, 378 políticos tiveram seus mandatos cassados e 122 oficiais foram reformados. Ao final do governo Geisel, mais de 10 mil funcionários públicos foram demitidos, mais de 10 mil, exilados, 245 estudantes foram expulsos das universidades, sem direito de estudar durante o período de 10 anos, mais de três centenas de pessoas foram mortas ou desaparecidas, 4.682 pessoas foram cassadas, houve mais de cinco mil inquéritos policiais, envolvendo mais de 40 mil pessoas, com milhares de presos e torturados. Das prisões ocorridas, 84% não foram comunicadas aos juízes (6.256), 12% foram comunicadas fora do prazo legal (816 casos) e apenas 4% (295 casos) foram prisões comunicadas aos juízes nos prazos legais.

Se hoje existem condições objetivas para que uma parcela da sociedade tenha uma percepção positiva do período autoritário (inclusive boa parte da juventude, que não viveu esse momento conturbado), entende-se que é consequência, fundamentalmente, da mistificação de nossa história, seja pela mídia monopolista, que cresceu à sombra do regime, por quem foi financiada, seja por um sistema educacional que não teve capacidade de construir um processo de ensino baseado na criticidade e na autonomia da construção do conhecimento. Não é por um mero acaso que hoje ganham corpo projetos de lei tentando instituir a “Escola sem Partido”, que é a busca de um modelo educacional acrítico e de fundo totalitário, profundamente ideológico na sua concepção fascista, e de disseminação de uma única versão sobre os fatos.

Até poucos anos atrás, existia uma percepção bastante generalizada de que a disputa pela memória histórica desse período ainda recente estava sendo vencida pelos segmentos que lutaram contra o arbítrio e a repressão, e que os discursos mais conservadores estavam, no mínimo, acuados, senão definitivamente superados (REIS, 2000). Hoje, esse quadro está profundamente alterado. Desde as grandes manifestações conhecidas como “jornadas de junho”, ocorridas no ano de 2013 no Brasil, houve uma retomada de um discurso conservador,



boa parte dele com um conteúdo claramente fascista. O que poderia parecer em um primeiro momento como um descontentamento muito localizado e momentâneo, está dando mostras de que é um movimento bastante articulado e que tem base social. Desde torturadores conhecidos, como Paulinho Metralha, dando discursos em comício público na avenida Paulista, em São Paulo, afirmando que não matou mais “esquerdistas” porque não teve oportunidade, até deputado federal fazendo apologia de torturador e assassino confesso em plena sessão do Congresso Nacional, sem nem ao menos ser advertido de que estava infringindo a própria Constituição. No entanto, é importante ter cuidado com as generalizações. Boa parte das análises sobre esse momento coloca os militares como os únicos vilões do período. O desgaste que as Forças Armadas tiveram frente à população, em função deste momento, perdurou por muito tempo. No entanto, é importante percebermos que não se pode julgar os militares e as Forças Armadas como um todo homogêneo. Afinal, segundo os dados do relatório *Brasil Nunca Mais*, 122 oficiais foram sumariamente reformados pelo Ato Institucional n. 1, nos primeiros dois meses posteriores ao golpe. Com o AI-5, mais 241 militares foram reformados, 284 marinheiros e fuzileiros foram processados por participar das mobilizações políticas de março de 1964, anteriores ao golpe. Muitos outros foram perseguidos e alguns, mortos e torturados.

Houve uma hegemonia conservadora dentro do governo militar que colocou o Estado brasileiro a serviço de interesses de grandes grupos econômicos.⁵ O segundo fator que precisa ser considerado é que a repressão teve não só a participação decisiva, como o apoio econômico de grandes grupos empresariais privados. A Operação Bandeirantes (OBAN)⁶ constituiu-se como um grupo paramilitar de apoio ao regime e de extermínio dos envolvidos na contestação à ditadura militar. Financiada com capital privado, viabilizou as chamadas “casas da morte”, pequenos sítios que serviam como locais apropriados para interrogatórios, torturas e ocultação de cadáveres, na medida em que estes locais ficavam distantes de cidades e/ou vizinhos. Os grandes beneficiários do golpe não foram apenas os militares. Estes foram determinantes e todos os envolvidos nas ilegalidades do regime ainda têm esta dívida a ser paga perante o povo brasileiro, na medida em que a anistia, encaminhada ao final do ciclo militar, também foi um instrumento para garantir a impunidade dos responsáveis por muitos dos crimes cometidos. No entanto, muitas vezes é negligenciada a participação dos grupos econômicos e os setores políticos que deram sustentação e patrocinaram as atrocidades cometidas. Mesmo que



não tenham participado diretamente do “serviço sujo”, em nome da memória de todos os mortos e “desaparecidos” pelo regime, não se deve esquecer a participação e convivência de muitos dos políticos e empresários que hoje assumem posturas “democráticas” e “progressistas”, além de parcelas do empresariado e intelectuais que assumiram postos na estrutura do Estado, constituindo-se em parte importante da tecnoburocracia estatal.⁷ A partir dessa compreensão é que se adota a expressão “golpe civil-militar” ou “ditadura civil militar” para designar o período que se pretende estudar.

Essa pequena avaliação sobre o período militar e o período de transição e seu significado não pretende nem de longe esgotar o tema, mas tão somente situar o contexto em que se busca identificar a produção sobre o período. É muito difícil estabelecer com precisão um início e um final de um período de transição. Afinal, é um processo contínuo, onde todos os fatos analisados em um determinado contexto sempre serão resultado de questões precedentes que influenciaram o momento estudado. Ao mesmo tempo, não é possível chegar a um ponto onde se possa afirmar que a transição se concluiu totalmente, seja em função da dinamicidade da história e da vida social, seja porque não existe uma evolução em um único sentido – vide o retrocesso que o país está vivendo. Isso sem falar que, no caso brasileiro, existem muitos “entulhos” do período militar que não foram superados. Na Constituição de 1988 foi mantida a condição de tutela dos militares sobre a sociedade civil, bem como ninguém foi punido pelos crimes perpetrados pelo regime.

Organização inicial dos dados da Região Sul do Brasil

Mesmo que o objetivo da pesquisa não seja fazer um balanço global da discussão sobre o tema, ao menos a organização de um bom mapeamento da produção já existente pode ser um elemento fundamental para subsidiar novas pesquisas.

Para que se possa melhor identificar as diferentes abordagens trabalhadas pelos(as) pesquisadores(as), optou-se por ordenar o material produzido em diferentes linhas temáticas, sempre vinculadas às questões mais gerais da ditadura.

Essa subdivisão, embora necessária para que seja possível minimamente “mapear” quais temas foram considerados relevantes por parte dos pesquisadores vinculados à problemática da ditadura, também trouxe alguns



dilemas na análise (classificação), principalmente pelo fato de que muitos artigos se referem a mais de uma temática ao mesmo tempo. Para que fosse possível estabelecer proporções em relação a temáticas mais estudadas, optou-se então por identificar cada artigo por uma subtemática principal, mesmo que este abordasse temas distintos (Ex.: mulheres na luta armada; Operação Condor na mídia, etc.). Sabe-se que essa opção gera algum risco na classificação em função da subjetividade da avaliação. Mesmo assim, esta foi a forma escolhida. Nesta perspectiva, 25 subtemas foram utilizados para classificação, como se verá a seguir.

A Região Sul do Brasil é composta pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. O critério utilizado nesses estados para definir as instituições educacionais que seriam pesquisadas para identificar artigos publicados em revistas científicas foi a busca em universidades federais, universidades estaduais e nas denominadas universidades comunitárias (ou centros universitários). As Instituições de Ensino Superior (IES) comunitárias se diferenciam das privadas por não ter fim lucrativo. Sua condição diferenciada das particulares tem origem na Lei 12.881, de 12 de novembro de 2013. Pertencem a instituições confessionais (caso das PUCs, por exemplo) ou têm um caráter regional. A opção por não incluir as IES privadas se deu por ser muito rara a publicação de revistas científicas por essas instituições. Por amostragem, foi realizada uma busca em algumas delas, sendo que nenhuma localizada na Região Sul possuía publicações.

O segmento das instituições comunitárias é relativamente forte no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, sendo que no estado do Paraná existe uma maior presença das instituições (públicas) estaduais. Esse quadro de uma forte presença das comunitárias não se repete nas demais regiões do país.

Quanto aos tipos de revistas pesquisadas, optou-se por buscar informações apenas nas revistas das áreas de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas. É possível que de forma marginal possa existir algum artigo sobre ditadura ou suas consequências em determinada área específica, como políticas de saúde no período militar ou algo similar. No entanto, seria inviável abarcar todas as áreas do conhecimento, principalmente aquelas em que a probabilidade é muito remota.

No total, foram pesquisadas 42 instituições na Região Sul – 20 no Rio Grande do Sul, 12 em Santa Catarina e 10 no Paraná. No conjunto da região, foram avaliados 303 títulos distintos de revistas científicas *online* (150 no Rio Grande do Sul, 74 em Santa Catarina e 79 no Paraná), bem como 6.301 índices foram

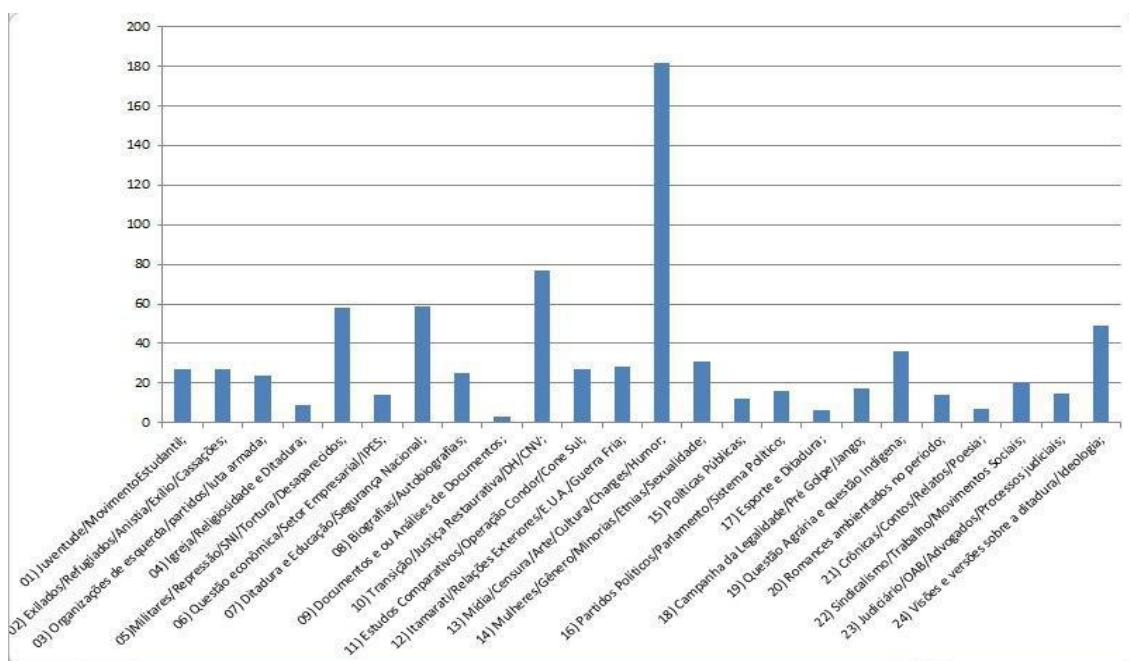


checados, com leitura dos resumos dos artigos (3.018 no Rio Grande do Sul, 1.570 em Santa Catarina e 1.713 no Paraná). Buscou-se mapear de forma minuciosa todos os artigos que tenham relação com a temática da ditadura civil-militar, não apenas por palavras-chave, mas a partir da análise do resumo de cada artigo publicado nas revistas.

Nesse universo, foram encontrados 783 artigos que se referiam ao período militar. Destes, 327 nas revistas do Rio Grande do Sul, 214 em Santa Catarina (metade destes nas revistas da UFSC) e 242 artigos nas revistas científicas do estado do Paraná.

A partir das temáticas estabelecidas, foi possível identificar a quantidade de publicações, somando os artigos publicados nos três estados, conforme o Gráfico 1.

Gráfico 1 - Distribuição das subtemáticas sobre ditadura Civil-militar publicadas nos periódicos científicos das IES da Região Sul do Brasil



Fonte: Tabela produzida pelo autor, 2019.

Alguns historiadores apontam que a discussão sobre ditadura é focada em fatos emblemáticos e não consegue focar na dimensão mais corriqueira das consequências do período militar, aquela que atinge os indivíduos em questões menores do cotidiano, como perseguição política em empregos públicos, autocensura, etc. Carlos Fico expõe claramente esta preocupação. Ao referir-se ao papel da Comissão Nacional da Verdade, faz uma crítica a esta, afirmando



que

eles estão tentando investigar, esclarecer, aqueles aspectos mais clássicos e *emblemáticos: os episódios mais conhecidos da repressão durante a Ditadura Militar*. Eu acho que teria sido mais interessante se a Comissão Nacional da Verdade tivesse feito a opção por mostrar que não apenas a esquerda — esquerda armada e esquerda não armada — foi vítima da Ditadura Militar, porque toda a sociedade brasileira foi vítima do regime. Muitas pessoas que foram atingidas pela repressão da Ditadura Militar nem sabem disso (FICO, 2014, n.p., grifos do autor).

Esta parece ser uma falsa percepção, às vezes expressada por alguns historiadores e estudiosos do assunto, a de que as temáticas da luta armada, partidos políticos e organizações de esquerda teriam direcionado os estudos sobre esse período, de certa forma polarizando o debate sobre esse momento da história – ao menos no que diz respeito a publicações acadêmicas em artigos científicos universitários. Se analisados apenas artigos científicos, e a partir de um universo limitado (sul do Brasil), essa questão não se apresenta da forma como Fico expressou. Ao contrário, se somados os subtemas 2 (exilados, refugiados, anistia, exílio e cassações), 3 (organizações de esquerda, partidos políticos e luta armada) e finalmente o 5 (militares, Forças Armadas, Repressão, SNI, Tortura, desaparecidos políticos, DOPS, etc.), tem-se um total de 109 artigos em um universo de 783, o que equivale a 14% de toda a produção. Essa, ao que parece, seria o que ele denominou de temática voltada à “esquerda armada e esquerda não armada”.

Existe uma proliferação muito grande de temáticas que, de forma direta ou indireta, relacionam-se com o período militar. No entanto, em todos os estados uma temática chama a atenção pela quantidade de artigos. Nos três estados, a discussão sobre mídia, censura, arte e cultura foi a subtemática mais trabalhada (17,28% em Santa Catarina; 21,25% no Paraná e 27,8% no Rio Grande do Sul). Dos 783 artigos analisados na Região Sul, 182 são específicos desta área (mais de 23%).

Embora não possamos generalizar esses resultados, já que alguns dados ainda não foram cruzados, bem como demandam uma análise mais aprofundada, até o momento eles indicam que existe uma gama muito ampla de variedades de abordagens e temáticas sobre o período, como podemos ver na Tabela 1:



Tabela 1 - Distribuição das subtemáticas sobre ditadura militar publicadas nos periódicos científicos das IES da Região Sul do Brasil.

SUBTEMÁTICAS PUBLICADAS	RS	SC	PR	Total
Mídia/ Censura/Arte/Cultura/Charges/Humor	91	37	54	182
Transição/Justiça Restaurativa e de transição/Direitos Humanos/Comissão Nacional da Verdade/Memórias	35	21	21	77
Educação/Ideologia de Segurança Nacional/Doutrinas	17	22	20	59
Militares/Forças Armadas/SNI/CIA/ESG/DOPS/OBAN/DOI CODI/Repressão/Espionagem/Tortura/Desaparecidos, etc.	21	13	24	58
Visões e versões sobre a ditadura/Ideologias/Análise do discurso/Subjetividades a respeito da ditadura	24	08	17	49
Questão Agrária e Questão Indígena	05	23	08	36
Mulheres/Gênero/Minorias/Etnias/Sexualidade	09	19	03	31
Itamaraty/Relações Exteriores/EUA/Guerra Fria	15	06	07	28
Estudos Comparativos/Operação Condor/Cone Sul	11	10	06	27
Exilados/Refugiados/Anistia/Exílio/Cassações	08	12	07	27
Juventude/ Movimento Estudantil	06	03	18	27
Biografias/Autobiografias	12	07	06	25
Organizações de Esquerda/Partidos/Luta armada	11	02	11	24
Sindicalismo/Mundo do Trabalho/Movimentos Sociais	04	12	04	20
Campanha da Legalidade/Pré-Golpe/Jango [João Goulart]	12	02	03	17
Partidos Políticos/Parlamento/Sistema Político	06	01	09	16
Judiciário/OAB/Advogados/Leis arbitrárias/Processos judiciais	10	03	02	15
Questão econômica/Setor empresarial/IPES	03	02	09	14
Romances ambientados no período/Papel e análise de obras ficcionais	12	-	02	14
Políticas Públicas	04	03	05	12
Igreja/Religiosidade e Ditadura	03	04	02	09
Crônicas/Contos/Relatos/Poesia	03	02	02	07
Esporte e Ditadura	04	01	01	06
Documentos e/ou Análise de Documentos	01	01	01	03
Outros	-	-	-	-
TOTALIZAÇÕES	327	214	242	783

Fonte: Tabela produzida pelo autor, 2019.

Obs.: As informações estão apresentadas em ordem decrescente, a partir da maior quantidade de temáticas trabalhadas no total da Região Sul.

Como a simples análise a partir de dados brutos não é suficiente para identificar se existe uma tradição de maior pesquisa sobre a temática da ditadura em um ou outro dos estados analisados, optou-se por construir uma média entre a quantidade de índices de revistas pesquisadas e artigos existentes sobre ditadura. Nesse aspecto, não foi possível identificar diferenças substanciais,



pois a média ficou entre aproximadamente 11% a 14% (10,8% no Rio Grande do Sul, 13,63% em Santa Catarina e 14,12% no Paraná). Ou seja, 11 a 14% dos índices de revistas pesquisadas possuem algum artigo sobre ditadura.

Quanto à concentração das produções nas universidades, percebeu-se que, no Rio Grande do Sul quase 30% dos artigos sobre ditadura (29,35%) foram publicados em universidades públicas. De acordo com o Censo Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2019), a rede privada de ensino superior hoje tem mais de 6.523.678 milhões de alunos, uma participação superior a 75,8% do sistema de educação superior. De cada quatro estudantes de graduação, três frequentam uma instituição privada. No ano de 2019, a rede pública cresceu 0,1% e a rede privada, 2,4%. Lembrando que a partir do ano de 2009 os dados do INEP não apresentam distinção entre as instituições de ensino superior comunitárias e as privadas. No Rio Grande do Sul, em 2018, 36,88% das matrículas no ensino superior foram em instituições de ensino públicas e 63,16% em instituições de ensino privadas. A UFRGS, que possui 7% das vagas universitárias do estado, publicou 16,8% dos artigos. Somando-se as demais universidades públicas (UFPEL, UFSM, UNIPAMPA e FURG), tem-se um total de aproximadamente 24% das vagas universitárias, e o equivalente a 30% dos artigos publicados.⁸ O que *a priori* poderia parecer um número razoável, parece muito baixo se avaliado que a imensa maioria dos alunos matriculados no ensino superior no estado está inscrita em universidades privadas (distintas das comunitárias). Estas, em geral, não tem nenhuma produção científica. Os demais 70% de produção científica (no caso específico sobre ditadura) são provenientes das universidades comunitárias, principalmente a PUC/RS, que sozinha comporta quase 24% de toda a publicação sobre ditadura no estado.

Tabela 2 - Artigos sobre ditadura publicados nos periódicos acadêmicos das áreas de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas nas universidades do Rio Grande do Sul (até 2016)

UNIVERSIDADE (RS)	LOCALIDADE	ARTIGOS
PUC	Porto Alegre	78
UFRGS	Porto Alegre	55
UNISINOS	São Leopoldo	36
FAPA	Porto Alegre	24
UPF	Passo Fundo	21
UFSM	Santa Maria	15
FURG	Rio Grande	14
URI	Erechim	12
UFPEL	Pelotas	11



UNIRITTER	Canoas	11
UNISC	Santa Cruz do Sul	11
UCS	Caxias do Sul	07
UNIFRA	Santa Maria	07
UNIJUI	Ijuí	07
FEEVALE	Novo Hamburgo	06
UNILASALLE	Canoas	06
UNIVATES	Lajeado	04
ULBRA	Canoas	01
UNIPAMPA	Bagé	01
UCPEL	Pelotas	00

Fonte: Tabela produzida pelo autor, 2019.

No caso de Santa Catarina, a UFSC é a universidade que mais tem produção específica sobre a temática, somando 57% de toda a produção do estado, mesmo com um universo de alunos representando apenas 15% das vagas em Santa Catarina. O que demonstra uma grande concentração deste debate na capital do estado e pouca produção da temática entre as demais universidades localizadas no interior, como fica demonstrado na Tabela 3.

Tabela 3 - Artigos sobre ditadura publicados nos periódicos acadêmicos das áreas de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas nas universidades de Santa Catarina (até 2016)

UNIVERSIDADE (SC)	LOCALIDADE	NÚMERO DE ARTIGOS
UFSC	Florianópolis	122
UDESC	Florianópolis	46
UNOCHAPECÓ	Chapecó	14
UNOESC	Joaçaba	10
UNESC	Criciúma	8
FURB	Blumenau	3
UNIVALI	Itajaí	5
UNIPLAC	Lajes	4
UNISUL	Tubarão	1
CESUSC	Florianópolis	1
UNIVERSIDADE DO CONTESTADO	Mafra	0
UNIVILLE	Joinville	0

Fonte: Tabela produzida pelo autor, 2019.

No Paraná, além da UFPR e de algumas outras instituições públicas, as universidades estaduais (UEM, UEL, UNIOESTE, etc.) possuem uma presença mais forte do que nos demais estados sulinos. Especificamente, a UFPR publicou 25% da produção sobre ditadura. Mas, se somadas a UFPR, UEM,



UEL e UNIOESTE, tem-se 92% de todas as publicações do estado, sendo muito próximos os dados referentes às quatro primeiras universidades citadas, como se pode perceber na Tabela 4. Os 8% restantes estão distribuídos entre as seis demais universidades do Paraná.

Tabela 4 - Artigos sobre ditadura publicados nos periódicos acadêmicos das áreas de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas nas universidades do Paraná (até 2016)

UNIVERSIDADE (PR)	LOCALIDADE	NÚMERO DE ARTIGOS
UEL	Londrina	63
UFPR	Curitiba	61
UEM	Maringá	52
UNIOESTE	Cascavel	52
UEPG	Ponta Grossa	9
PUC/PR	Curitiba	2
UNICENTRO	Guarapuava	2
UNESPAR	Paranavaí	1
UENP	Jacarezinho	0
UNILA	Foz do Iguaçu	0

Fonte: Tabela produzida pelo autor, 2019.

Um último dado que buscamos organizar foi quanto aos anos em que esses artigos foram editados. Neste caso, foi preciso levar em consideração duas questões que parecem importantes, para se evitar deduções apressadas. A primeira é que, como esta pesquisa está baseada na coleta de dados a partir de artigos publicados em revistas digitais, não se pode ignorar que alguns títulos não possuem todos os seus números indexados, pois nos anos mais distantes ainda não era comum que os periódicos fossem disponibilizados na internet. Com a difusão da internet e com o surgimento dos sites no formato hoje conhecido como “WWW” (*World Wide Web*), algumas universidades optaram por digitalizar e disponibilizar *online* o que foi publicado anteriormente, sendo que algumas universidades não tiveram interesse e/ou condições de fazê-lo. É possível, então, que haja artigos em revistas impressas, mas que neste momento não estão disponibilizadas *online*.

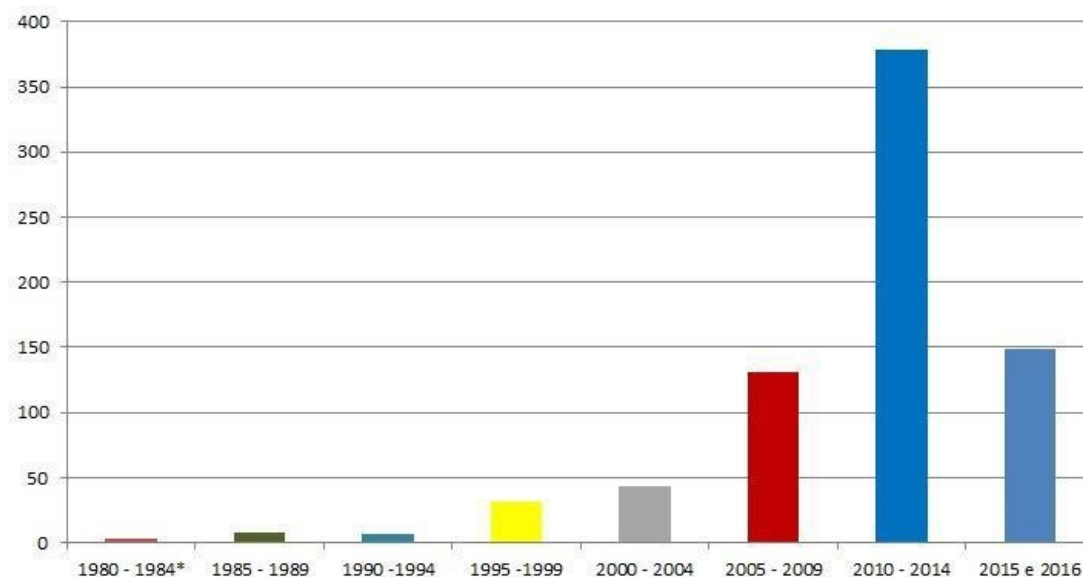
O segundo fator que é preciso levar em consideração é que existe um processo crescente ao longo dos anos de aumento de programas de pós-graduação e criação de novas revistas. Principalmente porque a não necessidade de impressão física barateou muito o custo para as universidades, o que vem impulsionando a criação de novas revistas ano a ano. Portanto, existe uma maior produção



científica em geral, e não apenas sobre a temática da ditadura.

No entanto, é importante apresentar a distribuição das publicações de forma temporal, o que leva a crer, no mínimo, que se pôde identificar uma maior divulgação de artigos produzidos a respeito da temática em análise. Para tanto, foram criados dois gráficos, um organizando a produção em intervalos de cinco em cinco anos (Gráfico 2), outro em décadas (Gráfico 3). O gráfico por décadas mostra melhor o aumento considerável das publicações nos últimos anos, como afirmado no início deste artigo.

Gráfico 2 - Distribuição da produção de artigos sobre ditadura nas IEs da Região Sul do Brasil, organizada em período de cinco em cinco anos

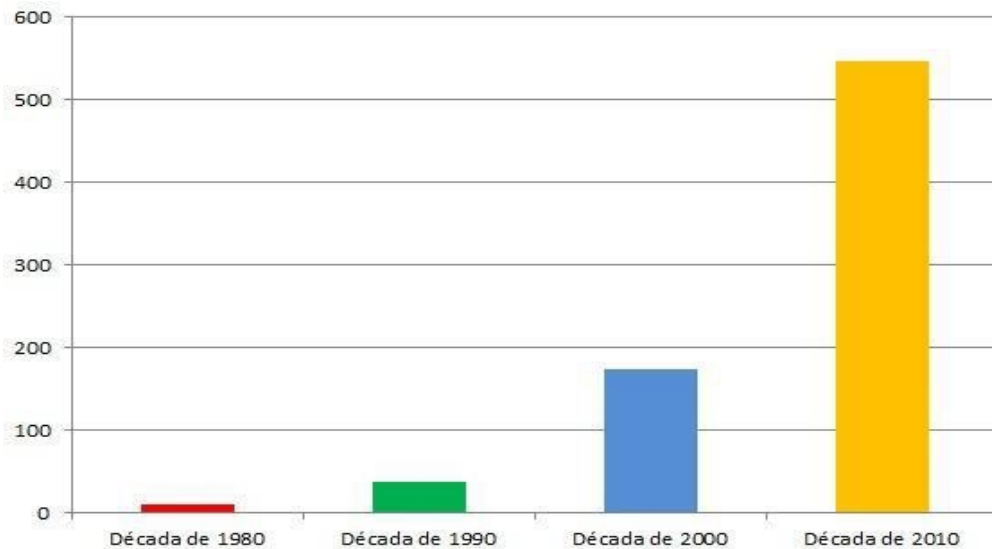


Fonte: Produzido pelo autor, 2019.

O Gráfico 2 mostra uma produção muito tímida até o início dos anos 2000, bem como um crescimento a partir deste recorte temporal. No quinquênio 2010-2014, existe um ápice de produção, possivelmente decorrente das efemérides dos 50 anos do golpe civil-militar, em 2014. Se levado em conta que o último dado (coluna à direita) se refere apenas aos anos de 2015 e 2016, a projeção é que ao final deste quinquênio (2020) se tenha um número aproximado do período anterior (2010-2014).



Gráfico 3 - Distribuição da produção de artigos sobre ditadura nas IEs da Região Sul do Brasil, organizada em período de dez em dez anos



Fonte: Produzido pelo autor, 2019.

Apesar de o artigo tratar da produção de artigos científicos sobre o período da ditadura civil-militar na Região Sul do Brasil, os dados apresentados fazem parte de uma pesquisa maior, que abrange todos os estados do território brasileiro.⁹ De certa forma, os resultados obtidos na Região Sul dialogam com as demais regiões do país.

Foram analisados 1.328 periódicos, totalizando 26.196 índices de periódicos online pesquisados, de 165 instituições de ensino, entre elas: instituições públicas, instituições privadas e instituições comunitárias. Levando em consideração a quantidade média de 10 artigos publicados por revista/periódico, mais de 260.000 resumos de artigos foram analisados.

Quanto aos resultados, foram encontrados 2.771 artigos científicos sobre o período da ditadura militar, destes, 762 artigos se concentram na Região Sul (27,49%) como mencionado acima, 136 na Região Norte (4,90%), 216 na Região Centro-Oeste (7,79%), 328 na Região Nordeste (11,83%) e 1.329 na Região Sudeste (47,96%). É

possível perceber uma concentração da produção na Região Sudeste, totalizando quase metade da produção de artigos científicos sobre o período.

Entre as temáticas mais produzidas, novamente a temática “Mídia/Censura/Arte/Cultura” se sobressai, seguida da temática “Versões sobre a ditadura/Ideologia/Análise do discurso/Subjetividade”, a temática “Ditadura e Educação/Ideologia de Segurança Nacional” e a temática “Transição/Justiça Restaurativa”



ou “Transição/DH/Memórias/Comissão Nacional da Verdade”.

Conclusão

Além de analisar a produção científica sobre a ditadura civil-militar nas universidades dos três estados do Sul, este artigo também pretende divulgar a plataforma <http://olaria.ucpel.edu.br/dcmb>, no sentido de que esta possa contribuir para uma melhor sistematização do que foi produzido e auxiliar novos pesquisadores a avançar no estudo dessa temática. O Brasil, ao contrário de outros países que, mesmo passando por períodos de reconciliação com o passado, conseguiram minimamente identificar e punir ao menos alguns dos responsáveis pela violência de Estado, não deu resposta significativa nesse sentido. Para amplos setores de nossa sociedade, o período militar é “lembrado” de forma positiva, como um período em que não havia violência e corrupção. Como se sabe, uma sociedade que silencia a respeito de certos fatos reescreve a história a partir de interesses muito bem definidos. E esse silenciamento contribuiu para a retomada de um pensamento reacionário e autoritário.

Importante lembrar que essa narrativa que busca falsificar a história não é simplesmente resultado de uma lembrança positiva por parte de segmentos que não conseguiram perceber o que aconteceu naquele período. Mas resultado de uma articulação de forças políticas e instituições que atuaram intensamente para criar uma mobilização social que desse respaldo a atitudes antidemocráticas, como a tentativa de fechar o Superior Tribunal Federal (STF) e o Congresso Nacional – inquérito foi aberto no STF para investigar parlamentares, empresários e outras pessoas envolvidas em chamamentos públicos nas redes sociais com essa perspectiva.

Essas iniciativas envolveram (e ainda envolvem) setores das Forças Armadas alojados em posições-chave do atual governo, que reproduzem o discurso de Jair Bolsonaro, atual presidente, o qual, na condição de deputado federal, por inúmeras vezes fez pronunciamentos defendendo o golpe Civil-militar de 1964.

Quando a Comissão Nacional da Verdade, a partir de pressão internacional, criou uma equipe designada para apurar onde estão enterrados os corpos dos desaparecidos da Guerrilha do Araguaia (fato acontecido em 1973), este então obscuro deputado colocou um cartaz em seu gabinete que dizia: “quem procura osso é cachorro”. Posteriormente, em um de seus pronunciamentos afirmou que poucas pessoas foram mortas pelas forças repressivas no país. Segundo ele, o número deveria ter sido de no mínimo 30 mil, a exemplo do que aconteceu



no Chile. Quando de seu voto pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff, fez um pronunciamento homenageando Carlos Alberto Ustra, reconhecido pela Justiça brasileira como responsável por mais de 50 assassinatos de opositores políticos. E pior, em uma sessão presidida pelo presidente do Supremo Tribunal Federal. Ao contrário do que poderia ter ocorrido em algum país democrático, não saiu preso da sessão, mas foi aplaudido por uma grande quantidade de parlamentares.

Não se chegou a este contexto por um acaso das circunstâncias, mas pelo resultado da perspectiva histórica pela qual nosso sistema político e judiciário tratou o processo de transição como um “acordo político”, sem nenhum tipo de punição aos agentes do Estado que perpetraram crimes contra a humanidade, utilizando-se da chamada Lei da Anistia para justificar que ninguém deveria ter sido punido. Até mesmo em situações juridicamente indefensáveis, como a investigação sobre a bomba colocada no Riocentro, em 1981, o inquérito foi arquivado pela Justiça Militar, sob a justificativa que não se deveria investigar o ato em função da Lei da Anistia – promulgada em agosto de 1979, a lei tornava sem efeito crimes posteriores à sua promulgação.

O simples fato de que no momento da votação da Lei da Anistia havia duas propostas em discussão, uma do governo, aprovada pela diferença de apenas cinco votos, e outra da oposição, demonstra que nunca houve um “acordo nacional”.

Esta interpretação foi responsável por uma “autoanistia” dos agentes repressivos do regime. Neste entendimento é que a Corte Interamericana de Direitos Humanos, da qual o Brasil é signatário, julgou inválida a Lei de Anistia de 1979, pois

os principais responsáveis pelos cometimentos dos citados crimes lograram, antes de se afastarem do poder, proclamar-se imunes a toda persecução penal (...) frise-se desde logo, a repulsiva imoralidade de um pacto dessa natureza, se é que ele realmente existiu: o respeito mais elementar à dignidade humana impede que a impunidade dos autores de crimes hediondos ou contra a humanidade seja objeto de negociação pelos próprios interessados (COMPARATO, 2013, p. 33-34).

Diferente de outras nações (África do Sul, Espanha e Portugal, por exemplo), na América do Sul não houve conhecimento do que estava sendo anistiado,



o que levou outros países de nosso continente a reinterpretar as suas leis de anistia. Para Comparato,

Na verdade, houve uma inversão, ou seja, deixou de haver justamente a apuração dos fatos de maneira adequada para que se pudesse então falar na conveniência política do esquecimento. Não houve o conhecimento para que pudesse haver o esquecimento (...) E, por isso, inclusive – e este é o fundamento pelo qual na América Latina toda, e o Brasil ainda é uma exceção -, vai-se fazendo a revisão daquela legislação de anistia, exatamente por esse vício de origem, pois que a legislação de anistia não poderia ter recaído sobre eventos que nem eram do conhecimento e não são do conhecimento, porque nunca foram objeto de apuração adequada pelo poder público (COMPARATO, 2013, p. 50).

Passados quase 60 anos do golpe civil-militar que se instaurou no país, e mais de 30 anos da promulgação da atual Constituição, mesmo que este processo de autoproteção pudesse ser revertido, pouquíssimos agentes do aparato repressivo estariam vivos para responder por seus crimes. Já que a Justiça não foi e não será feita, e que os crimes cometidos não serão punidos, ao menos é preciso lutar contra este “apagão” de memória coletiva, pois

o resgate da dignidade humana passa, antes de tudo, pela memória, por um direcionamento da ação que esteja comprometido com o conhecimento do passado de dor, enfim, por uma história dos excluídos e dos vencidos, que possa redimir a humanidade da sua fria indiferença e prevenir a ação política de continuar aceitando a máquina do progresso em sua inclemência (REIS, 2009, p. 126).

O Brasil, signatário de acordos internacionais que colocam a tortura como crime imprescritível e inafiançável, também não cumpriu estes acordos, na medida em que sistematicamente absolveu ou simplesmente se omitiu de julgar diversos casos denunciados. Inclusive, em situações em que os réus foram acusados de sequestro continuado – na medida em que existia a comprovação de algumas prisões e seus responsáveis, mas não existiam nem o corpo, nem atestado de óbito e muito menos informações quanto ao destino dado a esses(as) presos(as) políticos(as).



É necessário, pois, avançar na análise e interpretação desse período, bem como identificar de que forma o pensamento conservador e privatista da elite foi vitorioso nesta disputa de memória. É necessário continuar, portanto, com a batalha histórica pelo sentido da própria humanidade.

Nessa perspectiva, a pesquisa em curso está buscando contribuir com os(as) novos(as) pesquisadores(as) do tema. Para isso, foi criada uma plataforma digital (em construção, mas já aberta para consulta pública) que pode ser acessada em <http://olaria.ucpel.edu.br/dcmb>, onde, depois de classificados por subtemáticas, são inseridos os dados de forma acessível a quem se interessar, inclusive com o *link* que remete diretamente à revista e ao artigo indexado. Atualmente, a plataforma contém mais de 2.700 artigos. A plataforma também classificou mais de 1.100 livros, classificados também em subtemas.

Mesmo com todas as dificuldades para lidar com fatos passados de nossa história - ainda que não tão distanciados no tempo - a luta pela preservação da memória ganhou instrumentos muito úteis, com os avanços tecnológicos ocorridos nas últimas décadas. A criação e alimentação de um site com estudos sobre a ditadura civil-militar que ainda hoje produz seus reflexos, com intimidações, assassinatos, fake news, etc., estimulados pela maior representação política do país, é apenas uma das possibilidades neste sentido. Esperamos que este instrumento seja útil para as gerações futuras, de forma a que estejam preparadas para os desafios que certamente enfrentarão para alterar o atual quadro nacional.

Referências

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais. Um Relato para a História*. 11ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

BAQUERO, Marcelo. *A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2000.

COMPARATO, Fábio Konder. Pronunciamento dos Expositores-Convidados In: *Lei da Anistia em Debate*. Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, Câmara dos Deputados. Brasília, 2013.

CRUZ, Ademar Trindade *et al.* *Teses e dissertações sobre a última ditadura militar no Brasil*. Disponível em: <<https://silo.tips/download/teses-e-dissertaoes-sobre-a-ultima-ditadura-militar-no-brasil>>. Acesso em: 18 jul. 2016.



DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981. FIGUEIREDO, A r g e l i n a Cheilub. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. Rio de Janeiro, São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FICO, Carlos. *Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

_____. Golpe de 64: análise do passado ilumina os desafios do presente. *Jornal Folha de S. Paulo* (Educação: Folha Dirigida), 22 de março de 2014. Disponível em: <<http://www.brasilrecente.com/2014/03/folha-dirigida-educacao-golpe-de-64.html>>. Acesso em: 10 maio 2020.

GORENDER, Jacob. “Era o Golpe de 64 inevitável?”. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *1964: Visões Críticas do Golpe. Democracia e Reformismo no Populismo*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

_____. *Combate nas Trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Editora Ática, 1998 (edição revista e ampliada).

JACOMELI, Mara Regina Martins. Um início de historiografia da produção científica no período pós-ditadura militar: levantamento dos trabalhos apresentados nos eventos do HISTEDBR. Navegando na História da Educação Brasileira. *Revista HISTEDBR Online*, Campinas (SP), 2006. Disponível em: <https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_062.html>. Acesso em: 15 jul. 2016.

KONRAD, Diorge. O golpe de 1964 em filmes, livros e artigos. *Blog Marxismo 21*. Disponível em: <www.marxismo21.org/o-golpe-de-1964>. Acesso em: 18 jul. 2016.

LEME, Caroline Gomes. *Ditadura em imagem e som: trinta anos de produções cinematográficas sobre o regime militar brasileiro*. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

LINZ, Juan. Regimes Autoritários. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (Coord.). *O Estado autoritário e movimentos populares*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

NASSIF, Luis. *Como a ditadura foi sendo tratada nos livros de história*, 15 de outubro de 2015. Disponível em: <www.jornalggn.com.br/noticia/como-a-ditadura-foi-sendo-tratada-nos-livros-de-historia>. Acesso em: 18 jul. 2016.



O'DONNEL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe; WHITEHEAD, Laurence (Orgs.) *Transições do Regime Autoritário - América Latina*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, Edições Vértice, 1988.

O'DONNEL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe (Orgs.) *Transições do Regime Autoritário - Primeiras Conclusões*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, Edições Vértice, 1988.

PALMAR, Aluísio. Site Documentos Revelados, 1 de agosto de 2012. Disponível em: <www.documentosrevelados.com.br/dissertacoes-e-teses-sobre-a-ditadura-militar>. Acesso em: 18 jul. 2016.

REIS Filho, Daniel Aarão. Ditadura Militar, esquerdas e sociedade no Brasil. In: KONRAD, Diorge Alceno; LAMEIRA, Rafael Fantinel; LIMA, Mateus da Fonseca Capssa (Orgs.). *Ditadura civil-militar e historiografia: repressão e resistência no Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

REVISTA ANISTIA POLÍTICA E JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO, Ministério da Justiça, Brasília, n. 6, jul.-dez. 2011.

RODEGHERO, Carla Simone. Reflexões sobre história e historiografia da ditadura militar: o caso do Rio Grande do Sul. *Anais do IX Encontro Estadual de História – Vestígios do Passado: A história e suas fontes*. Porto Alegre: Associação Nacional de Historiadores - Seção do RS (ANPUH-RS), 2008. Disponível em: **Erro! A referência de hiperlink não é válida.** Acesso em 10/07/22.

VELLARDE, Jaime Cuéllar; SARRAF-PACHECO, Agenor. Silêncios da historiografia brasileira: o golpe civil-militar em experiências de pesquisa no Pará. *Revista Antíteses*, vol. 8, n. 15 esp. Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina, UEL, Londrina/PR, novembro de 2015.

REDE BRASIL ATUAL. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2015/04/segundo-numeros-da-pm-publico-da-paulista-teve-queda-de-72-5-8820/>>. Acesso em: 24 jun. 2019.

Notas

¹Doutor em Ciência Política na UFRGS; Professor da UCPel.

²Apesar da divulgação que a Comissão Nacional da Verdade ganhou, ainda hoje o acesso a esses documentos é dificultado e burocratizado, de forma que não são facilmente encontrados através da internet, por exemplo.



³Carlos Fico alerta que o guia bibliográfico publicado em seu livro “(...) é parte dos resultados do projeto de pesquisa de iniciação científica ‘Elementos de análise historiográfica da produção histórica nacional e estrangeira sobre o Regime Militar brasileiro’, sob minha orientação, por Sérgio Henrique da Costa Rodrigues (...). Monografia de bacharelado apresentada ao Departamento de História da UFRJ. Rio de Janeiro, 2003. Levantamentos complementares foram realizados por José Marcelo da Costa Pereira” (FICO, 2004, p. 139).

⁴2019 foi o ano escolhido de forma objetiva pelos pesquisadores para ser utilizado como delimitador da abrangência temporal da pesquisa. Do contrário, em razão do tempo demandado para a coleta dos dados, a pesquisa nunca teria fim.

⁵Segundo Mendonça e Fontes, a política econômica adotada pelo regime favorecia a concentração de grandes capitais, potencializada pelo Estado. Como exemplo, as autoras citam a institucionalização dos preços oligopolistas, “pois os setores dominados pelo grande capital, tendo por base empresas com ampla utilização de tecnologia, mais eficientes, portanto, tornaram-se os padrões para a fixação dos preços”. Tal política resultou “no estrangulamento de pequenas e médias empresas, cuja estrutura de custos variava de unidade produtiva a outra, representando uma via direta de concentração de empresas e de capitais”. Cf. MENDONÇA, Sônia Regina; FONTES, Virgínia. **Historia do Brasil recente (1964-1985)**. São Paulo: Editora Ática, 1988. p. 28-29.

⁶A Operação Bandeirantes, (OBAN), foi criada em 1969, em São Paulo, com o objetivo de centralizar as operações de combate às organizações revolucionárias. A iniciativa partiu do comando do II Exército e da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, local onde as ações da guerrilha urbana mais se multiplicaram. A OBAN tinha caráter extra-legal, uma vez que não constava de nenhum organograma do serviço público. Segundo Gorender, “os problemas decorrentes desta circunstância se resolveram mediante transferência de recursos de outros órgãos já existentes e do apelo a contribuições de grandes empresas brasileiras e multinacionais.” GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 5ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1999. p. 156-157.

⁷Sobre os grupos beneficiados pelo golpe, especialmente os setores empresariais, ver : DREIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Editora Vozes, 1981. Tal discussão está contemplada de forma mais específica no capítulo IX: “O complexo IPES-IBAD no Estado – A ocupação dos postos estratégicos pela elite orgânica”. p. 417-479.

⁸Segundo os microdados do INEP, e de acordo com o Censo Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (2019).

⁹A produção bibliográfica sobre o período abrange a produção de artigos científicos, livros, teses e dissertações, além de material audiovisual como filmes e documentários. Atualmente, a pesquisa está mapeamento teses e dissertações, e já possui um total de 918 livros e 180 produções cinematográficas (entre filmes e documentários) catalogados na plataforma (<http://olaria.ucpel.edu.br/dcmb>).